

# CONTAB

## JC CONTABILIDADE

Porto Alegre, quarta-feira, 27 de agosto de 2025 | Ano 22 - nº 50 | Jornal do Comércio

CRCRS/DIVULGAÇÃO/JC



Evento, organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do RS (CRCRS), começa hoje e prevê reunir mais de dois mil participantes ao longo de três dias, com uma programação com temas atuais

### ENTREVISTA

# Convenção debate o futuro da profissão

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A 20ª Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, que começa hoje em Bento Gonçalves (RS), tem como ponto principal a profissão contábil. O evento, organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do RS (CRCRS), prevê reunir mais de dois mil participantes ao longo de três dias, com uma programação com temas atuais.

Com trilhas que incluem Inteligência Artificial (IA), reforma tributária e ESG, a convenção se estende até sexta-feira (29). De acordo com Márcio Schuch Silveira, presidente da entidade, esta edição conta com mais de 50 atividades e deve ser a maior da história.

O dirigente destaca que entre os temas do evento estão os principais desafios e oportunidades da profissão contábil em um cenário de transformações

tecnológicas e econômicas. Ele informa que atualmente, o CRCRS possui mais de 38 mil profissionais e seis mil organizações contábeis registradas e, como entidade representativa, reafirma o papel estratégico que a contabilidade tem para a transformação econômica e social do Brasil.

“A Convenção já está consolidada como referência em conteúdo, inovação e valorização da profissão, reunindo palestras e painéis com grandes nomes nacionais, feira de negócios, apresentação de trabalhos científicos e o Prêmio Inovar Contábil”, afirma Silveira. Segundo ele, a programação foi elaborada para oferecer atualização técnica, inspiração e conexões estratégicas, preparando os profissionais para liderar com as transformações em suas áreas de atuação.

Neste ano, o mote do evento é: “O futuro chegou: prepare-se

para a transformação!”. Serão abordados temas como Contabilidade Pública, Auditoria, Perícia e Governança. Entre os destaques estão três palestras magnas. O publicitário Walter Longo abre o evento com o tema “Surfando na Onda da Inteligência Artificial: os desafios da Contabilidade”.

Na quinta-feira (28), Felipe Guerra e Márcio Schuch Silveira, membros da Comissão da Reforma Tributária do Conselho Federal de Contabilidade e presidentes do CRCCE e CRCRS, respectivamente, apresentarão uma análise técnica dos impactos da reforma na atuação profissional. Já o jornalista e autor Marcos Piangers encerra a convenção na sexta-feira (29) com a palestra “Protagonismo e Felicidade: a mudança que você faz no mundo”.

A convenção conta ainda com a presença de nomes reconhecidos nacionalmente,

como Augusto Nardes, Marcelo Portugal, Aod Cunha, Zulmir Breda, Enio Meinen, Roberto Dias Duarte, Cassio Grinberg, Wesley Vaz, Ney Pinheiro, João Galdino, Ana Meneguini e Derek Rabelo. Esses especialistas vão analisar aspectos ligados à economia, liderança, marketing e governança e também trocar experiências. “Essa diversidade de temas e de perfis reforça o caráter multidisciplinar da contabilidade contemporânea”, afirma.

Silveira informa que haverá a realização do Prêmio Inovar Contábil, que reconhece cases transformadores da profissão. O prêmio, que está em sua segunda edição, conta com 10 finalistas que irão apresentar os seus projetos. A votação será ao vivo, elegendo os vencedores nas categorias ouro, prata e bronze. “A iniciativa valoriza a inovação e o protagonismo dos profissionais

da área, além de estimular boas práticas e soluções criativas para os desafios do mercado contábil”, diz.

Na programação há também a Feira de Negócios, que vai reunir 55 expositores dos segmentos de software contábil e financeiro, instituições financeiras, consultorias e marketing contábil. No dia 29, está programado o Encontro de Jovens Lideranças, atividade voltada a estudantes e recém-formados.

“Já a apresentação de trabalhos científicos terá espaço ampliado, aproximando o universo acadêmico das demandas reais do mercado e incentivando a pesquisa aplicada”, acrescenta. A convenção também oferece pontuação no Programa de Educação Profissional Continuada, com previsão de 17 pontos. A programação completa está disponível no site oficial do evento ([www.crcrs.org.br/convencao](http://www.crcrs.org.br/convencao)).

**IMPOSTOS** Com descontos de até 70%, entrada facilitada e parcelamento em até 133 vezes, o novo edital da PGFN abre oportunidade para recuperar inadimplência

## Transação tributária ajuda pequenos a regularizarem débitos

FREEPIK/DIVULGAÇÃO/JC

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu a transação tributária voltada a dívidas de pequeno valor, uma nova possibilidade de negociação de débitos para micro e pequenos empreendedores. O edital publicado recentemente contempla pessoas físicas, MEIs, microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), permitindo a regularização de débitos com a União de forma mais acessível, por meio de descontos, entrada reduzida e prazos estendidos para quitação.

A medida se aplica a dívidas com valor consolidado de até R\$ 45 milhões por sujeito passivo. O objetivo é oferecer alternativas de inadimplência para quem possui menor capacidade de pagamento e enfrenta dificuldades para manter sua regularidade fiscal.

“As condições oferecidas foram justamente para quem mais precisa. Com entrada facilitada, descontos significativos e prazos estendidos de pa-

gamento, esses contribuintes ganham fôlego para reorganizar sua vida financeira, recuperar certidões negativas, acessar crédito e participar de licitações públicas, sem falar na previsibilidade orçamentária que esse tipo de transação proporciona”, diz Gabriel Barros, diretor da SF Barros Contabilidade.

As regras do edital variam conforme a natureza do contribuinte, a modalidade da dívida e a capacidade de pagamento avaliada pela própria PGFN. No caso de pessoas físicas, MEIs, micro e pequenas empresas, os benefícios podem ser bastante amplos:

**Descontos:** até 100% sobre juros, multas e encargos legais, com limite de 70% sobre o valor total consolidado da dívida;

**Entrada:** entre 5% e 6% do valor da dívida, que pode ser parcelada em até 12 vezes;

**Parcelamento:** até 133 parcelas mensais, especialmente para débitos classificados como de difícil recuperação ou irrecuperáveis;



Regras do edital variam conforme a natureza do contribuinte, a modalidade da dívida e a capacidade de pagamento

Débitos de pequeno valor (até 60 salários-mínimos por inscrição): parcelamento com condições ainda mais vantajosas, incluindo: 50% de desconto em até 7 parcelas; 45% em até 12 parcelas; 40% em até 30 parcelas; 30% em até 55 parcelas; e contribuições sociais tem limite de até 60 parcelas, conforme previsto em lei.

A adesão deve ser feita através do portal Regularize, da PGFN, até a data limite estipulada no edital. Para participar, é necessário que o contribuinte inclua todos os débitos elegíveis na transação, uma vez que não é permitida a adesão parcial.

Débitos que estejam garantidos, parcelados, com exi-

gibilidade suspensa ou que já tenham sido objeto de outra transação não podem ser incluídos no acordo. Além disso, contribuintes que tiveram uma transação rescindida nos últimos dois anos estão impedidos de aderir à nova proposta. Nos casos em que os débitos estejam sendo discutidos judicialmente, é obrigatória a desistência formal das ações e a apresentação do pedido de extinção do processo com resolução de mérito, no prazo de até 60 dias após a adesão.

O contribuinte assume compromissos como manter a regularidade com o FGTS, não omitir bens ou rendimentos e cumprir rigorosamente

os termos do edital. O não pagamento de três parcelas (consecutivas ou alternadas) implica na rescisão do acordo e no cancelamento automático dos benefícios.

Gabriel menciona que somado aos efeitos econômicos imediatos, a transação tributária pode colaborar para a reputação da empresa. “Empresas e pessoas físicas que se regularizam demonstram responsabilidade fiscal, o que tem incentivo direto no relacionamento com instituições financeiras, fornecedores e até no score de crédito. É um passo importante para a recuperação da confiança no mercado e a reconstrução da credibilidade do negócio.”

### Mais de um milhão de MEIs inadimplentes podem renegociar

Cerca de 1,2 milhão de Microempreendedores Individuais (MEIs) inadimplentes com suas obrigações tributárias e não tributárias, inscritos na dívida ativa até 4 de março de 2025, terão a chance de resolver a situação. É que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou no início de junho o edital 11/2025 convocando os inadimplentes para negociar o pagamento das dívidas.

Kályta Caetano, head de Contabilidade da MaisMei, avalia que os microempreende-

dores devem sim aproveitar a oportunidade para regularizarem a situação. Dados recentes da plataforma, dão conta de que a dívida média dos MEIs é de R\$ 2.574 e a quantidade de empreendedores que receberam notificações representam quase 10% do total da categoria. No entanto, existem casos de dívidas até milionárias por conta das multas e juros.

Outro ponto destacado por Kályta é que existe o mito de que a dívida caduca após cinco anos, mas não é verdade. A prescri-

ção extingue apenas a cobrança judicial, não o débito. A dívida permanece ativa e continua gerando juros e multas, mas não caduca automaticamente como muita gente pensa. “Dessa forma, o nome do devedor não é removido automaticamente dos registros negativos. Isso é determinado pelo Código Tributário Nacional em seus artigos 173, 174 e conexos. Por esta razão, o mais eficaz é negociar ou parcelar o débito na PGFN para eliminar problemas e restaurar a credibilidade financeira.”

## Receita dá a receita

### Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e): padrão nacional para simplificar o cotidiano das empresas

A partir de janeiro de 2026, a NFS-e padrão nacional se torna obrigatória. Atualmente cada município pode estabelecer um modelo de documento fiscal para registro de prestação de serviço, gerando custos para empresas que atuam em diferentes cidades. A Reforma Tributária sobre o consumo viabiliza a simplificação das obrigações tributárias, reduzindo os custos de conformidade para as empresas e propiciando ganhos para as administrações tributárias RFB. Além da redução de custos para as empresas, a adesão ao padrão nacional da NFS-e traz vantagens para o município, tais como: ferramentas para gestão eficiente das receitas municipais, acompanhamento das atividades econômicas locais, com maior transparência e controle, atendimento à exigência de compartilhamento de documentos fiscais, fundamental para a implementação da Reforma

Tributária sobre o consumo. Os municípios precisam estar atentos para evitar a suspensão das transferências voluntárias da União prevista no § 7º do art. 62 da Lei Complementar nº 214, de 24. Para evitar riscos, a RFB tem prestado orientações a cada ente municipal. O processo se inicia com a formalização de convênio. Até o início de agosto, 1.463 municípios já tinham assinado o convênio de adesão ao modelo nacional. Desses, 291 já fizeram uso efetivo do documento fiscal entre maio e julho de 2025. Para alertar as prefeituras sobre a necessidade e orientar sobre a adesão, a Receita Federal enviou cartas e comunicados aos municípios. No primeiro lote, foram enviadas correspondências para 3.772 prefeituras de todo o país que ainda não aderiram ao padrão. Além das cartas, os órgãos municipais receberam comunicados em suas caixas postais no e-CAC.

**REPORTAGEM** Ricardo Amorim diz que a reforma tributária peca por não abordar questões estruturais como a redução de gastos públicos

# Reforma tributária pressiona setor de serviços e do agronegócio

**OSNI MACHADO**

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A reforma tributária, em fase de implementação no Brasil, promete encerrar o imposto em cascata, considerado um dos principais entraves à competitividade da indústria nacional. Apesar do avanço, o economista Ricardo Amorim alerta, em entrevista para o **JC Contabilidade**, que os efeitos da mudança não serão igualmente positivos para todos os setores. Serviços e agronegócio tendem a arcar com aumento de carga tributária, o que pode gerar pressões sobre preços, emprego e investimentos nos próximos anos.

O assunto também foi tema da palestra abordada por Amorim durante o Seminário Jurídico, parte integrante da programação da 42ª Convenção Gaúcha de Supermercados, no Centro de Eventos da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), em Porto Alegre, no período de 19 a 21 de agosto., evento realizado pela Associação Gaúcha de Supermercados (Agas).

Em entrevista, Amorim detalha que a reforma tributária será gradual, com transição de 10 anos, mas já antecipa ganhos importantes para a indústria, sobretudo a de cadeias produtivas longas. "O fim da tributação em cascata tende a reduzir custos e permitir maior agregação de valor, beneficiando empregos de maior qualificação", cita.

Por outro lado, o especialista diz que a neutralidade da arrecadação exigirá compensações: se a indústria pagará menos, serviços e agronegócio pagarão mais. Esse deslocamento, segundo ele, pode frear a criação de postos de trabalho no setor mais empregador do País.

Amorim também criticou a reforma tributária por não abordar previamente questões estruturais, como a redução de gastos públicos e reformas administrativa e previdenciária, que poderiam gerar benefícios à indústria sem prejudicar outros setores. Segundo ele, o Brasil gasta atualmente quase R\$ 1 trilhão com progra-

mas sociais mal planejados e mantém despesas elevadas no funcionalismo público. Apesar disso, a mudança promete reduzir a carga tributária da indústria em, aproximadamente, R\$ 500 bilhões, mas com transferência de ônus para comércio e serviços, afetando emprego e renda.

O impacto esperado para serviços é de elevação média de até 30% nos custos ao longo da década, o que equivale a 3% ao ano. Diante da baixa produtividade brasileira, dificilmente as empresas conseguirão compensar integralmente essa alta sem repassar valores para os consumidores ou reduzir despesas, especialmente com mão de obra. O resultado provável, de acordo com Amorim, será uma combinação de inflação maior, cortes de vagas e pequenas melhorias de eficiência.

Estados e municípios também enfrentarão desequilíbrios. Embora a reforma seja neutra em termos de arrecadação geral, a União tende a ampliar receitas, enquanto governos estaduais, de forma agregada, devem perder. O risco, aponta Amorim, é que essa diferença gere pressões políticas por compensações futuras, o que pode resultar em novas elevações de impostos. Para ele, a falta de uma reforma administrativa e previdenciária prévia limita o alcance positivo da mudança tributária.

No caso do Rio Grande do Sul, onde o agronegócio é base da economia, os efeitos devem ser sentidos com mais intensidade. Além da alta de tributos, produtores e indústrias locais enfrentam ainda barreiras externas, como tarifas impostas pelos Estados Unidos em determinados segmentos. Amorim projeta que, de forma geral, o impacto sobre o PIB será menor que o previsto, com efeito positivo na inflação, taxa de juros e poder de compra, beneficiando o setor supermercadista.

Os contadores, segundo Amorim, têm papel decisivo nesse cenário. A complexidade das regras e a proximidade do início das mudanças criam a maior oportunidade de negócios já vivida pela categoria, que deve orien-



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Economista alerta que os efeitos das mudanças legais não serão igualmente positivos para todos os segmentos

tar empresas sobre impactos e ajustes necessários. Para isso, associações contábeis são chamadas a ampliar a comunicação com clientes e a sociedade, não apenas em eventos internos, mas em iniciativas de esclarecimento e capacitação abertas ao mercado.

O debate jurídico da convenção contou ainda com Fábio Canazaro, advogado tributarista, que destacou a importância de os empresários estarem atentos à readequação de notas fiscais e outras obrigações; Fernando Pergher, sócio da KPMG, sobre a antecipação do recolhimento de tributos; Vanderlei Goulart, da Meta Assessoria, apontando a unificação de PIS, Cofins, ICMS e ISS como simplificação importante; e Flávio Obino, sócio da Obino Advogados, que reforçou a não cumulatividade dos impostos e a importância de créditos tributários na redução da carga fiscal.

Outro ponto abordado pelo economista é o contexto macroeconômico. Apesar

das incertezas, o Brasil tem registrado crescimento acima das previsões nos últimos cinco anos, impulsionado por fatores externos como alta de commodities e liquidez internacional. Esse desempenho, no entanto, não é resultado de reformas estruturais internas. Para garantir sustentabilidade, Amorim defende investimentos em produtividade, educação e redução do peso do Estado, sob pena de o País repetir ciclos de estagnação quando o cenário global se alterar.

Além da reforma tributária, a transformação tecnológica foi apontada como elemento central para o futuro das empresas. Para Amorim, a Inteligência Artificial (IA) é a maior revolução desde a eletricidade, com potencial de redefinir processos, carreiras e modelos de negócios. Quem não se adaptar, alerta, corre o risco de fechar as portas. Por outro lado, os que se prepararem poderão transformar as mudanças em oportunidades de crescimento e competitividade.



No caso do Rio Grande do Sul, onde o agronegócio é base da economia, os efeitos devem ser sentidos com mais intensidade. Além da alta de tributos, produtores e indústrias locais enfrentam ainda barreiras externas, como tarifas impostas pelos Estados Unidos em determinados segmentos. O impacto sobre o PIB será menor que o previsto, com efeito positivo na inflação, taxa de juros e poder de compra

## OPINIÃO

# Não deixe a governança para amanhã, pois o próprio amanhã depende dela

TIAGO LACASSAGNE MATTOS

Recentemente, em um breve post em meu perfil do LinkedIn [linkedin.com/in/tiago-lacassagne-mattos-648b91104](https://www.linkedin.com/in/tiago-lacassagne-mattos-648b91104), comentei que a palavra governança soa um tanto imponente — e especulei que essa aparente barreira linguística talvez contribua para tantas PMEs se manterem fora da conversa. Em contrapartida, quem compreende minimamente esse conceito logo percebe que ele é fundamental para a longevidade não só das grandes corporações, mas de toda e qualquer companhia.

No presente artigo, quero aprofundar um pouco o tema, mostrando como a governança impacta a rotina nas empresas e por que sua implementação é um investimento estratégico para o futuro.

## Governança: uma base sólida para crescer

Ao longo da minha trajetória, pude verificar na prática que a governança corporativa é especialmente valiosa em contextos críticos ou de mudanças.

Em momentos de crise financeira, por exemplo, a governança conduz a decisões racionais, éticas e alinhadas aos interesses de longo prazo dos stakeholders. Já em tempos de expansão acelerada, ajuda a avaliar eventuais riscos, garantindo crescimento sustentável.

A sucessão é outro ponto sensível, principalmente em empresas familiares — e a governança novamente aparece como guia para uma transição suave e estruturada. Por sua vez, o relacionamento com investidores e parceiros também depende muito de uma boa governança, uma vez que ela fortalece a credibilidade da empresa no mercado.

Por falar nisso, crises de reputação ou problemas éticos frequentemente expõem a fragilidade ou mesmo a ausência desses controles — e aí pode ser tarde demais. Por isso, é preciso agir proativamente, instituindo boas políticas de governança o mais cedo possível.

## Tamanho ou maturidade?

A ideia de que governança “é coisa de empresa grande” segue muito presente no imaginário de pequenos empreendedores, mas é um pensamento para lá de perigoso. Afinal, qual a lógica de deixar uma pequena ou média empresa desprotegida? Aliás, isso precisa ficar muito claro: governança é, basicamente, proteção.

Empresas familiares e PMEs em geral precisam muito disso, principalmente porque costumam enfrentar alguns desafios bem específicos. Cito, por exemplo, conflitos entre família e empresa, políticas de sucessão indefinidas, centralização de decisões e dificuldade para acessar crédito/investido-

res. Consequentemente, para crescer de forma organizada num contexto como esse, é indispensável profissionalizar a gestão e adotar práticas de governança que protejam a continuidade da empresa.

Estipular políticas para a tomada de decisão, adotar indicadores de desempenho adequados e formalizar regras de sucessão claras já são bons passos iniciais em termos de governança. Afinal, o mais importante é que ela deixe logo de ser “um palavrão” para se tornar uma ferramenta útil, catalisando o amadurecimento da empresa.

## Sinais de alerta: está faltando governança?

A falta de boas práticas de governança nem sempre causa problemas visíveis de imediato, mas planta “sementes de crise”. Os principais sinais de alerta nesse sentido incluem:

**Decisões sem transparência e concentradas nas mãos de poucas pessoas;**

**Conflitos recorrentes entre sócios ou familiares, afetando o ambiente e os resultados;**

**Falta de clareza sobre papéis e responsabilidades;**

**Tomada de decisões baseadas em “achismo” e não em dados;**

**Ausência de planejamento sucessório, tornando incerto o futuro da gestão;**

**Deficiência na prestação de contas e no acompanha-**

**mento de resultados;**

**Dificuldade de atrair profissionais qualificados (que geralmente buscam ambientes organizados e com oportunidades claras);**

**Repetição dos mesmos erros e estagnação da empresa.**

**A governança é o caminho para livrar a empresa desses e de muitos outros males evitáveis. Para tanto, quatro pilares devem ser priorizados:**

**Transparência: clareza e abertura nas informações e processos;**

**Accountability: definição clara de responsabilidades e consequências;**

**Equidade: tratamento justo e igualitário com todos os stakeholders;**

**Responsabilidade corporativa: compromisso com os princípios de ESG.**

É com atenção a esses pontos — e dando um passo de cada vez para validar na prática os benefícios de cada melhoria — que uma empresa efetivamente amadurece. Aliás, com a experiência acumulada durante mais de duas décadas em companhias de médio e grande porte, posso afirmar que nem adianta querer implantar tudo de uma vez (tampouco “copiar” modelos de grandes corporações). O melhor é fazer o movimento aos poucos, mas de maneira consistente, e evoluir à medida que a organização conquista maturidade.

GRUPO SANTA LÚCIA/DIVULGAÇÃO/JC



*Crises de reputação ou problemas éticos frequentemente expõem a fragilidade ou mesmo a ausência desses controles — e aí pode ser tarde demais*

Por fim, é importante entender a governança corporativa como um investimento. Ela exige disciplina nos “aportes” (principalmente de tempo, dedicação e resiliência para desconstruir velhos paradigmas), mas oferece como retorno as bases de que sua empresa necessita para sobreviver e prosperar.

Por isso, não deixe para amanhã. Não espere o futuro. Use a governança para construí-lo!

CFO DO GRUPO SANTA LÚCIA

## Saúde financeira é essencial para a longevidade das empresas

GABRIEL BARROS

Manter a saúde financeira é uma das maiores preocupações para empresas de todos os portes. A falta de planejamento e controle adequado podem comprometer a sustentabilidade de um negócio a médio e longo prazo.

Uma boa gestão financeira passa necessariamente por uma análise periódica dos indicadores econômicos da empresa. O empresário precisa entender e interpretar os seus números, ou contar com apoio profissional para isso. Essa consciência permite tomadas de decisão mais assertivas, evitando o endividamento desnecessário.

O que temos observado é que muitas empresas ain-

da confundem faturamento com lucro e tomam decisões com base em informações distorcidas. A saúde financeira envolve conhecer a realidade da situação econômica da empresa para ter um fluxo de caixa estruturado, com controle de custos e a contabilidade alinhada com os objetivos do negócio.

Entre ações consideradas indispensáveis, é preciso destacar a necessidade de dividir claramente as finanças pessoais das empresariais. Manter os registros contábeis e fiscais sempre atualizados, por exemplo, garante o controle. O planejamento tributário também é estratégico, por permitir que a empresa pague impostos de forma justa, sem desperdício de recursos.

Outro fator é a revisão constante dos custos e das despesas fixas. Monitorar esses gastos ajuda a identificar possíveis excessos e direcionar os recursos para áreas mais estratégicas de crescimento saudável. A criação da reserva financeira é uma medida preventiva que certifica a segurança nos momentos de instabilidade, permitindo que a empresa se mantenha operante mesmo diante de possíveis imprevistos do dia a dia.

A educação financeira dentro da empresa também se torna uma estratégia fundamental. Promover treinamentos e capacitações para os colaboradores, especialmente aqueles envolvidos diretamente com a administração e finanças, contribui para

a organização. Quando todos compreendem a importância do equilíbrio financeiro, é mais fácil construir um ambiente onde o crescimento seja uma meta coletiva.

Por fim, o acompanhamento de metas e resultados financeiros deve ser constante. Estabelecer esses objetivos claros, como aumento da margem de lucro, redução de inadimplência ou otimização de processos, permite mensurar o desempenho do negócio e corrigir rotas quando necessário. Empresas que investem na gestão financeira como um dos pontos principais para o crescimento tendem a apresentar maior longevidade.

DIRETOR DA SF  
BARROS CONTABILIDADE

SF BARROS/DIVULGAÇÃO/JC



*O empresário precisa entender e interpretar os seus números, ou contar com apoio profissional para isso*